

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR: AS RELAÇÕES ENTRE AS BANCADAS DA ARENA E DO MDB: 1964 – 1974

EL AYUNTAMIENTO DE ALEGRETE EN EL CONTEXTO DEL RÉGIMEN MILITAR: LAS RELACIONES ENTRE ARENA Y MDB BANQUES: 1964 – 1974

Recebido em: 10/11/2022

Aceito em: 22/12/2022

Diego Garcia Braga¹ 
Prefeitura Municipal de Alegrete

Resumo: O trabalho objetiva analisar a política existente em Alegrete entre 1964 e 1974 durante a ditadura militar, levando em consideração aspectos dos fatos ocorridos na cidade durante estes dez anos, dando ênfase, no entanto, ao Legislativo Municipal. Nesta relação, há a concepção de períodos distintos, de maior ou menor grau de interferência militar na Câmara, embates políticos e discordância de ideias; e ainda, há o entendimento de que Alegrete, embora não representasse um grande perigo à Segurança Nacional do Estado, teve influenciado em seu cotidiano aspectos visíveis da política da ditadura militar, aspectos que nos propomos a estudar. Para isso, além de uma bibliografia sobre o período, buscamos o auxílio de informações oriundas das atas da Câmara Municipal de Alegrete e de entrevistas com algumas pessoas que vivenciaram o período em que o tema aborda.

Palavras-chave: Alegrete; Regime Militar; ARENA; MDB.

Resumen: El trabajo tiene como objetivo analizar la política existente en Alegrete entre 1964 y 1974 durante la dictadura militar, teniendo en cuenta aspectos de los hechos ocurridos en la ciudad durante estos diez años, destacando, sin embargo, el Legislativo Municipal. En esta relación, se encuentra la concepción de distintos períodos, de mayor o menor grado de injerencia militar en la Cámara, choques políticos y desencuentros de ideas; y sin embargo, se entiende que Alegrete, si bien no representó un gran peligro para la Seguridad Nacional del Estado, influyó en su vida cotidiana en aspectos visibles de la política de la dictadura militar, aspectos que nos proponemos estudiar. Para eso, además de una bibliografía sobre el período, buscamos la ayuda de información de las actas del Municipio de Alegrete y entrevistas con algunas personas que vivieron el período en el que se aborda el tema.

Palabras-chaves: Alegrete; Régimen militar; ARENA; MDB.

INTRODUÇÃO

Ao nos direcionarmos de alguma forma à história de Alegrete, as próprias relações de poderes que marcaram a sua formação nos remetem a questões agropecuárias. Sendo assim, seria válido associar isso à política, de um modo geral e num determinado momento, sem cair nas armadilhas ou nos velhos argumentos que defendem este modelo predominante? Para tanto, política é a ciência do governo dos povos ou algo ligado às formas de organização de um Estado, segundo o dicionário Aurélio. Como disse Aristóteles na obra “A Política” “o

¹ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio do Sinos. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete. E-mail: diego-gbraga@educar.rs.gov.br

homem é um animal social e político por natureza,”² necessitando viver em comunidade para promover o bem comum. Assim, “[se] é impossível conceber a mão sem o corpo, é [também] impossível conceber o indivíduo sem o Estado” e, nesta questão, a política investigaria “qual a melhor forma de governo e instituições capazes de garantir a felicidade coletiva.”³

No entanto, se verificarmos a história do Brasil, há poucos momentos de estabilidade democrática, onde podemos citar como exemplo a constituição de 1946, escrita logo após o período denominado Estado Novo.

Antes, mesmo com vícios e defeitos, respeitava-se a política. Representavam ideias e programas para a sociedade. Havia safados, é certo, mas a característica da vida política não era a corrupção atual.⁴

No período em que ela esteve em vigor, houve a ampliação de debates políticos, filosóficos, entre outros, dentro de um quadro social, oriundo de problemáticas específicas da época, onde o povo era mais participativo. Tais debates eram influenciados pela guerra-fria e pelos embates relacionados aos choques de partidos políticos que se alinhavam ao populismo ou unicamente às heranças da política de Getúlio Vargas, contra grupos conservadores formados por diferentes elites. Em contrapartida, esta fase foi interrompida pela queda do governo constitucionalmente eleito, de João Goulart (Jango), e em seu lugar teve instaurada uma ditadura militar.

Consta-se que, embora o cenário político brasileiro no início do ano de 1964 fosse tempestivo e caracterizado por flagelos que atingiam o governo por todos os lados, através de pressões, envolvendo interesses de grupos, o ano em Alegrete iniciou-se com a vitória para prefeito de um político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e uma acirrada disputa para os cargos de vereador, onde também o PTB manteve vantagem. No entanto, tal resultado entrou em contraponto com a política, adotada pelos militares após derrubarem Jango, o que resultou em uma série de medidas postulantes, segundo o ponto de vista dos militares, sobre o andamento da política em Alegrete, com atenções debruçadas sobre o Legislativo. E da mesma forma, com os devidos cuidados nas questões sociais, onde observamos sob a ótica de Aristóteles, ter relação direta com a política.

² Entendendo a Política de Aristóteles. Disponível em: http://www.cdb.br/prof/arquivos/19500_20110220065102.doc. Acessado em 09 de mar. de 2012

³ Idem.

⁴ TAVARES, Flávio. O GOLPE DERROTADO, Zero Hora, 13 de março de 2012, p. 13.

Diante disso, há pontos da história do município que precisam ser vasculhados, analisados e debatidos, como é o caso da política dentro do regime militar. O artigo em questão, portanto, é uma adaptação condensada do capítulo dois da monografia “ANOS DE CHUMBO NA FRONTEIRA OESTE SUL-RIO-GRANDENSE: A DITADURA MILITAR EM ALEGRETE (1964 – 1974)” e se propõe a discutir os fatos abordados acima, voltando-se especialmente, ao Poder Legislativo. Além disso, não deixaremos de lado questões que complementem o tema proposto, procurando dotá-lo de serventia para a compreensão de aspectos relativos à política, ao cotidiano da época, da relação entre militares e políticos e da reação do município com a ditadura, entre os anos de 1964 e 1974.

CÂMARA MUNICIPAL

Nas eleições realizadas no ano de 1963, o PTB elegeu ao cargo de prefeito Adão Ortiz Houayek e para a Câmara de Vereadores, das onze cadeiras, seis seriam ocupadas por vereadores do partido. De certa forma, esta hegemonia confrontou dois pontos fortes em Alegrete: primeiro, o conservadorismo da população do município e, segundo a vitória sobre a forte coligação dos partidos Libertador (PL), Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), denominada União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA). Além disso, a administração municipal se tornaria oposição ao governo, como pode ser observado após o AI-2⁵ - que substituiria o pluri pelo bipartidarismo – num curto espaço de tempo no qual os novos partidos não possuíam nomenclatura, entre novembro de 1964 e janeiro de 1966. O mesmo ocorreu na Câmara, isto é, a antiga bancada do PTB seria chamada de situação e a da UPPA de oposição; sendo denominações relacionadas ao governo municipal.⁶ Posteriormente, criou-se o MDB e a ARENA, sendo o MDB composto pelos petebistas.

Contudo, a vantagem numérica traria alguma consequência imediata em relação ao período e à ditadura. Ao mesmo tempo, os militares perseguiram pessoas consideradas comunistas e subversivas já nos primeiros dias após o golpe de Estado, realizando prisões em massa. No entanto, se interferissem no Poder Executivo e indicando um prefeito aliado, como se fazia em cidades de fronteira (enquadradas em áreas de segurança nacional⁷), os militares seriam, naturalmente malvistas pela população. Tal preocupação tinha embasamento em uma própria política estratégica, como a que Washington Platt explica, em uma espécie de

⁵ Ato Institucional nº 2, posto em prática em 27 de outubro de 1965.

⁶ ALEGRETE, Câmara Municipal, 3/11/1965.

infiltração do Exército em meios sociais para a interação entre os lados.⁸ Do mesmo modo, Pessoa afirma que cada região necessitaria de um tipo diferente de segurança nacional, conforme as suas especificidades, uma vez que Alegrete se encontra próximo às fronteiras com o Uruguai e Argentina.⁹ Já sobre fronteira, correlacionando-se com a segurança nacional, Soares diz que “fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter uma linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma “política de fronteiras”. Esta política deve ser vigilante, previdente, construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente.”¹⁰

Neste ponto, o Legislativo poderia ser influído de forma gradativa e indireta, num primeiro momento silenciosamente, para que a população não percebesse. A ditadura explorou as relações entre as bancadas durante as sessões e criou um forçoso clima de tensão, eliminando qualquer forma de debate na Câmara.¹¹ Buscando desestabilizar a bancada contrária, os vereadores da UPPA, posteriormente da ARENA, iniciaram um processo de inflamados discursos para que algum vereador se manifestasse contra o governo militar, podendo sofrer repreensões ou a cassação do seu mandato.¹² Em suma, os interlocutores destes discursos intimidatórios eram Odilon Bessa Simões e Brasilêncio Lopes Machado, principalmente o segundo, e do outro lado, Eroni Carús.¹³ Entre discordâncias políticas, os pronunciamentos desferidos por Eroni Carús foram os responsáveis pela sua prisão entre o início de maio até a metade de junho de 1964 e geraram pressões que resultaram na sua renúncia no ano seguinte.

Nas eleições subseqüentes à de 1963, o MDB manteve sempre a predominância na Câmara, elegendo seis vereadores contra cinco em 1968 e nove contra oito em 1972.¹⁴ Do mesmo modo, o partido manteve total autonomia da mesa da presidência, o que incomodava a bancada oposta e os militares.

Em 31 de dezembro de 1965, dia previsto para a votação de escolha da presidência da

⁸ PLATT, Washington. A Produção de Informações Estratégicas. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro: 1974, p. 32.

⁹ PESSOA, Mário. O Direito da Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Editora do Exército e Revista dos Tribunais, 1971, p. 161.

¹⁰ SOARES, Teixeira. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973, p.19.

¹¹ Cf. Entrevista, Alegrete. 24/8/2010. Adão Faraco.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Na eleição de 1972, o número de vereadores subiu de 11 para 17.

Câmara, formou-se apenas uma chapa, já que a bancada da ARENA não entrou em consenso, tornando evidente a nova vitória do MDB. Este fato resultou na interrupção imediata da votação, pois um militar pediu a palavra.¹⁵ Em seguida, conversou com integrantes da bancada do MDB. Para evitar tumulto, a sessão foi encerrada, mas seria reaberta à tarde. Além do mais, do horário entre o fim da sessão da manhã até o seu reinício pela tarde, os vereadores das duas bancadas foram conduzidos até o 6º Regimento de Cavalaria, onde o comandante da guarnição ordenou que os vereadores do MDB ficassem presos.¹⁶ Tempo depois foram soltos, com exceção de Adão Faraco (presidente da câmara) e Gustavo Perfeito (líder da bancada do MDB). No entanto, como o número mínimo para a realização das sessões era de seis pessoas e a bancada da ARENA possuía cinco, a votação ficava impossibilitada. Mas as intenções de virada de mesa ficavam claras e o vereador Osório Nunes (MDB) compareceu à sessão, tornando-a válida, sagrando a ARENA vencedora por cinco votos a um.¹⁷

Possivelmente, os vereadores do MDB foram coagidos a comparecerem à tarde, o que não podemos afirmar. Entretanto, Adão Faraco e Gustavo Perfeito, ainda presos, seriam transferidos para Uruguaiana quando foram soltos, aproximadamente pelas 17 horas, para surpresa de ambos. A transferência dos dois ao município vizinho, provavelmente, deve ter sido usada contra a bancada do MDB, em troca da soltura deles. Contudo, o novo presidente do Legislativo Municipal, Nelcy Oliveira, indicado de forma arbitrária pelo comandante da guarnição militar, o Cel. João Carlos Rodrigues Beltrão, estivera licenciado dos trabalhos desde o início de 1964. Este político participara de uma trama cívico-militar para reverter o domínio do antigo PTB, mesmo estando ausente do cotidiano da Câmara até o presente momento. Nelcy Oliveira admitiu mais tarde que, no início do mês de dezembro, fora procurado em seu escritório de advocacia pelo vereador Brasilêncio Machado e orientado para que retornasse aos trabalhos na Câmara, porque a partir do ano seguinte assumiria o lugar de presidente do Legislativo.¹⁸

A partir deste momento, a interferência na Câmara reverteu o grau de predominância entre as bancadas, pois, embora a do MDB ainda possuísse uma maioria numérica, a da ARENA ganharia amplos poderes. O controle do partido do governo seguiu nos anos

¹⁵ ALEGRETE, Câmara Municipal, 31/12/1965.

¹⁶ Cf. Entrevista, Alegrete. 24/8/2010. Adão Faraco.

¹⁷ Idem.

¹⁸ GAZETA DE ALEGRETE, 15 de janeiro de 1966, p 1.

seguintes, amparados pelos acontecimentos simultâneos no restante do país, onde a repressão ao povo aumentava e uma nova constituição estava sendo preparada.¹⁹ Entre 1967 e 1968, a Câmara Municipal foi presidida por Ruy Barbosa da Silveira, e de 1969 a 1972, por Brasilêncio Machado. Por períodos breves, Brasilêncio sentou-se na cadeira de prefeito interinamente.

Contudo, o fato de Brasilêncio ocupar a cadeira de prefeito quando o seu ocupante encontrava-se viajando, merece uma atenção especial. Na eleição municipal de 1968, o antigo vice-prefeito Arnaldo Paz sagrou-se prefeito, tendo Adão Faraco como vice. Em nível Nacional, as eleições para deputados assustaram os militares pela quantidade de votos recebidos pelo MDB, embora a ARENA continuasse predominante. Ao mesmo tempo, o cerco aplicado pela ditadura na população e os fatos paralelos ocorridos no mundo no ano de 1968, geravam protestos e descontentamento popular, resultando na implantação do AI-5,²⁰ como tentativa de contenção desses protestos. Com o AI-5, os órgãos repressores teriam amplos poderes para agir contra a subversão, e na política, dava autonomia ao governo em cassar mandatos e direitos políticos (pelo prazo de dez anos). Foi o caso do vice-prefeito, cassado poucos meses após iniciar os trabalhos, em 1969, permanecendo vago o cargo até 1972. Portanto, a representação da ARENA, na presidência da Câmara, era estratégica para a ditadura e Brasilêncio Machado, nos momentos em que assumia a prefeitura, mesmo que por pequenos momentos, era a reprodução desta jogada política.

Junto com Adão Faraco, dois vereadores do MDB foram cassados, enquadrados essencialmente pelo Ato Complementar nº 39:²¹ Honório Paines e Eleú Meneses. Sobretudo, a Eleú Meneses pesava os dados detalhados do SNI sobre as suas atividades em movimentos estudantis anteriores a fixação de residência em Alegrete, para o recrutamento e aliciamento de estudantes ou simpatizantes e na promoção e distribuição de panfletos e propaganda subversiva. “Como Exemplo dessas atividades, destacam-se os fatos abaixo.”²² Em sua ficha informativa, justificavam-se as acusações de que, em campanha política, teria (1) atacado “o governo e as Forças Armadas, cujos integrantes chamou de corruptos, opressores, traidores da Pátria, canalhas etc., (2) ter rasgado durante comício uma farda verde-oliva para demonstrar seu ódio ao Exército, (3) exercer atividades subversivas no meio estudantil e (4) ser um

¹⁹ Foi redigida durante o regime militar, em 1967, e foi a sexta constituição do Brasil.

²⁰ Foi posto em prática em 13 de dezembro de 1968.

²¹ Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Geral: Processo de Eleú Rosa Meneses.

²² Idem.

antirrevolucionário, jovem, mas de alta periculosidade.”²³

Além disso, dentre os motivos para a cassação, constava, além das pichações no ano de 1965, ligações com elementos e atividades comunistas, sobre ordens diretas de Leonel Brizola.²⁴

Passado o período de cassações, o governo de Arnaldo Paz começava a ser mais pressionado pelo Legislativo. No dia 16 de janeiro de 1970, os trabalhos da câmara foram iniciados através de uma sessão secreta que se destinava levar aos vereadores o conhecimento da denúncia recebida, com referência a possíveis irregularidades da administração municipal. As denúncias partiram das declarações feitas pelo ex-secretário de fiscalização do município, Luis Cleir Alves Jacques, após ser exonerado do cargo. Sobre as denúncias, Luis Cleir dizia que o funcionário João Peres da Silva teria recebido salários relativos a período de férias na qual não tinha direito, num total de Cr\$ 2.352, 00 a mais, com sete férias concedidas em quatro anos de trabalho. Além disso, o clima turbulento foi intensificado pela denúncia simultânea ao vereador Julio Cezar Fagundes (MDB), pois, cobrava-se do prefeito alguns pagamentos feitos a ele, referentes a horas-extras, onde se entendia serem ilegais. Estando licenciado do cargo de funcionário municipal, enquanto vereador, Julio Cezar não poderia, portanto, receber vencimentos relativos ao seu antigo emprego até o término do seu mandato.²⁵

Para a bancada do MDB, o caso era encarado com estranheza, pois os fatos eram trazidos à tona após o secretário ter sido exonerado, sendo que, conhecendo a dinâmica administrativa, invadiu e retirou dos arquivos documentos que sabia que lá existia.²⁶ Por outro lado, a Bancada da ARENA utilizou-se deste episódio para pressionar ainda mais o governo municipal. O mal-estar causado pelas acusações ao prefeito e as controvérsias entre as bancadas sobre o caso, motivaram o vereador Gustavo Perfeito a realizar um pronunciamento, dirigindo apelo para que não fossem incentivados os delatores.²⁷

Na sessão de 21 de março, foi realizado o julgamento mediante uma comissão

²³ Idem.

²⁴ Acreditamos que essas acusações eram exageradas, pois o próprio Eleú nega que tenha rasgado, queimado ou cometido algo que atacasse ou fizesse juízo ao Exército durante a campanha política. Além disso, se ele tivesse cometido algo contra a farda verde-oliva, certamente teria uma punição maior do que a cassação do mandato de vereador e dos seus direitos políticos.

²⁵ ALEGRETE. Câmara Municipal, 16 de janeiro de 1970.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem, 1 de julho de 1970.

processante, com forte apelo da ARENA para o afastamento do prefeito.²⁸ Caso Arnaldo Paz fosse afastado, o presidente do Legislativo, Brasilêncio Machado, ocuparia o seu cargo. O processo contra o prefeito não foi consolidado, pois o resultado alcançado nas votações não atingiu 2/3 dos membros da Câmara, entretanto, foi levado à Justiça Civil.

Saindo da esfera exclusiva do Legislativo, a sentença do Juiz Almengo Echeverria Medeiros foi concluída com a absolvição de Arnaldo Paz, pois, efetivamente, não se tinham provas concretas sobre o caso e os vencimentos referentes às férias do servidor teriam sido iniciados na administração anterior, embora o acusado tenha admitido o erro, justificando ter se tratado de um equívoco burocrático.²⁹ No caso de Cezar Fagundes, o juiz salientou que o processo, envolvendo o vereador não era claro, pois a Lei que o acusava teria sido mal interpretada pelo Legislativo, e finalizando, verificou-se que o réu não agira de forma dolosa.³⁰

Após o episódio, ficava evidente o grave problema financeiro a que Alegrete enfrentava. Anos antes, o repasse de verbas aos municípios durante o governo Castello Branco, o que possibilitou a prefeitura, na época, em dar início a um intenso investimento em obras públicas, foi interrompido por Costa e Silva.³¹ Em junho de 1967, Arnaldo Paz discursava no plenário da Câmara para expor as dificuldades financeiras de Alegrete, pois a arrecadação não estava correspondendo à previsão orçamentária e a dívida municipal, acumulada da gestão anterior, estava tendo um aumento crônico. No entanto, discussões aprofundadas sobre a questão financeira na Câmara eram frequentemente adiadas, dada a importância de uma atenção especial ao problema. Concomitante ao ano eleitoral de 1972, Adão Ortiz é novamente eleito prefeito municipal. Mas devido às campanhas eleitorais e entraves ideológicos entre os vereadores, as devidas discussões esbarravam na burocracia. Sobre a votação do processo que abordava a operação de crédito para o pagamento das dívidas municipais, a bancada da ARENA se retira do plenário, atitude considerada lamentável pelo vereador Alvarez Gomes, do MDB, pois os credores poderiam responsabilizar a Câmara

²⁸ Sobre o processo, Arnaldo Paz foi considerado culpado em duas das acusações contra sua administração, sendo uma resultante de empate: por 5 votos a 3, considerado culpado pelas acusações referentes ao pagamento de Cr\$ 3.352 à título de férias ao ex-servidor João Alvino; empate de 4 votos a 4 sobre a acusação referentes ao pagamento ao funcionário municipal e vereador Julio Cezar Fagundes de 1/3 a mais em seus vencimentos e, por 5 votos a 3, culpado na acusação de ter se omitido em mandar verificar a procedência das denúncias (Alegrete, Câmara Municipal, 21/3/1970).

²⁹ GAZETA DE ALEGRETE, 20 de maio de 1971, p. 4.

³⁰ Idem.

³¹ Cf. Entrevista, Alegrete. 24/8/2010. Adão Faraco.

Municipal pelo atraso ou não do pagamento das mesmas. Com isso, a retirada completa da bancada da ARENA quando discordava de algum projeto se tornou prática comum durante as sessões, atitude semelhante tomada pela bancada do MDB.

Contudo, há de se observar algumas questões. A priori, a Câmara Municipal de Alegrete foi um dos marcos determinantes no envolvimento entre o município e a ditadura militar durante os anos de chumbo, e também serviu como uma espécie de contraponto envolvendo os dois lados políticos ativos ou legalmente funcionais, já que não podemos excluir a presença dos partidos (e organizações) clandestinos, como os de ordem comunista. O Legislativo foi palco de políticas e visões paradoxais de sociedade, e em razão disso, houve as interferências indiretas e diretas por parte dos militares, não afastando os interesses de grupos civis. Estes fatos, como já mencionado durante o trabalho, foram amparados pela própria situação enfrentada pelo Brasil, de um regime que teve a violência, a imposição do medo e a menor preocupação com atividades constitucionalmente legais como prioridade, tendo como períodos mais violentos os governos de Costa e Silva e Médici, entre 1968 e 1974. Contudo, a ditadura militar já se encontrava desgastada em meados de 1974 e o fim do chamado milagre econômico³² influenciou neste início de deterioração. Logo, o MDB ampliou a sua força política, o que resultou na criação do “senador biônico.”³³ Em Alegrete, este ambiente tornou mais propício o debate na Câmara, encorajando vereadores a discursar sobre questões antes reprimidas.

Em segundo lugar, mesmo em condições adversas, o MDB sempre manteve certa vantagem em relação à ARENA. Sabendo que esta hegemonia vinha das urnas, fica claro que o povo alegretense, em sua maioria, concentrava os seus votos no PTB e, posteriormente, no MDB. Anterior à ditadura, o populismo de Vargas ainda possuía admiradores, em especial no Rio Grande do Sul. Além disso, o ex-governador Leonel Brizola, responsável pelo início das obras na Termelétrica em 1961, era muito popular. Anos antes, ele havia ganhado o título de Cidadão Alegretense, condecoração retirada por meio de um projeto de Brasilêncio Machado,

³² O milagre brasileiro foi um período de relativo crescimento econômico, definido vangloriamente com o lema “Brasil Potência” pelos militares, caracterizado pela queda da inflação e pelo crescimento do PIB em até 10% ao ano entre 1968-73, interrompido pela crise do petróleo em 1974, deixando a economia capitalista mundial em colapso e a estrutura econômica do Brasil vulnerável a crises futuras.

³³ O governo criou nas eleições de 1977 o senador biônico. Ao ser eleito, independente do partido, o senador elegeria consigo outro da ARENA; desta forma o partido do governo manteria sempre a maioria no congresso.

em meados de 1965.³⁴

Em Alegrete, o apreço à figura de Dr. Romário Oliveira lhe rendia notoriedade. O médico aplicava consultas gratuitas e foi de vital importância na luta pelo melhoramento e ampliação da Santa Casa, inauguração de maternidade para indigentes e outros programas sociais voltados às camadas pobres. Na frase “um erro em bronze é um erro eterno”, de autoria do poeta Mário Quintana, a sua interpretação contrasta diretamente com a visão da sociedade alegretense, que constrói antigos coronéis locais como personagens históricos municipais e que, naturalmente, dotavam de mais visibilidade, ao invés de fornecer mais destaque para a figura do Dr. Romário, por exemplo. Contudo, Dr. Romário era, declaradamente, petebista, e adepto ao MDB e a sua acessibilidade junto ao povo influenciava-os, isto é, o povo via em nele uma espécie de representante do povo, muito embora não concorresse, neste momento, a nenhum cargo político. Em outras palavras, acredita-se que o lado político defendido pelo médico influenciava, indiretamente, as pessoas, independente do mérito pessoal de cada político emedebista, uma vez que o mesmo ajudava nas campanhas do MDB.

Por outro lado, a ação, por vezes, clientelista de pessoas na luta pelos populares, ocasionou no contato direto com os militares e no convencimento de que a luta pelos pobres era “coisa de comunista”, fazendo com que indivíduos eclesiásticos passassem para o lado dos militares. Segundo Platt, seria importante a boa relação entre Exército e Religião, dentro da política estratégica de adequação e interação com a sociedade.³⁵ A observação procede, pois José Rubens Pillar, um ex-padre, esteve sempre envolvido com a educação no município, exercendo o papel de docente na Fundação Educacional. Posteriormente, desempenhou o cargo de Delegado de Educação, que tinha sede em Alegrete e acumulava inúmeras chefias em atividades de grupos populares, associações de bairros e assim por diante. Todavia, se se tinha um exímio representante popular como Romário Oliveira na oposição, o contraponto seria a implantação de um representante do governo com a mesma finalidade. Junto aos mais pobres, este representante atenderia as exigências ou necessidades dos militares na busca de apoio popular, não na medicina, mas em atividades sociais específicas. Assim, construía a mesma identidade junto ao povo, contendo obviamente um objetivo particular.

³⁴ Projeto embasado na revogação da lei nº 619 de 17/01/1963 da Lei Orgânica que concedia o título de cidadão alegretense ao ex-governador.

³⁵ PLATT, Washington. Op. Cit. p. 32.

Ademais, foi comum a ARENA dividir-se em duas chapas durante as eleições para prefeito, ARENA 1 e ARENA 2, nas chamadas sublegendas.³⁶ Em outras cidades interioranas, incluindo as vizinhas a Alegrete, o partido dividia-se em duas ou mais chapas devido a sua grande superioridade. Provavelmente, a divisão da ARENA poderia ser oriunda, também, da existência de possíveis grupos conflitantes dentro do próprio partido, não estando isento o MDB, por concentrar toda a oposição ao governo em sua estrutura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar foi um período obscuro da história recente do Brasil, no qual até hoje gera polêmicas. Em Alegrete, o regime deixou marcas, como não seria diferente. Ações, diante de uma população acostumada com a vida interiorana, foram postas em prática pelos militares, embora não tenha sido preciso o emprego aplicado da violência.

No entanto, a intimidação se torna uma forma indireta de agressão. Tanto na sociedade - como podemos citar o fato ocorrido na virada do ano de 1970 para 1971, onde militares dispararam tiros de mosquetões nas vidraças do Clube Caixeiral - quanto na Câmara Municipal, a utilização da política do medo ficou estabelecida no campo da violência psicológica. Durante as campanhas políticas, os debates e comícios eram vigiados por militares fardados e camuflados entre o público.

No que se refere ao modelo partidário, a eliminação do pluripartidarismo foi uma forma de atrofiar o sistema político do Brasil, desenvolvendo uma dinâmica abrasiva no qual prejudicava o MDB em tentar desenvolver o seu papel de oposição, dentro de uma falsa democracia. Além disso, fazia com que a comunidade mundial visse o Brasil como um país democrático, por não haver, unicamente, o partido do governo.

Curiosamente, as teses apresentadas no trabalho foram pensadas por escritores que eram interlocutores do próprio regime, e tais obras foram publicadas pela Biblioteca do Exército, informação que pode passar despercebida pelo leitor. Com isso, parte do trabalho foi feito através de contrainformação, o que não tira os créditos do mesmo. Em suma, a intenção foi destacar e embasar algumas de suas ideias à realidade de Alegrete, apesar do contexto macro pensado por eles. Desta forma, vimos que tais adaptações fazem sentido, isto é, o município de Alegrete enquadrou-se num conjunto de políticas específicas pela sua

³⁶ As sublegendas eram formadas inicialmente por meio de uma eleição interna no partido. Se houvesse mais de uma chapa concorrendo ao Executivo, o candidato que recebesse mais votos ficava com a denominação ARENA 1 ou MDB 1. O máximo de chapas permitidas por partido era de 3.

proximidade com a fronteira, por ser uma possível rota de fuga de subversivos e assim por diante.

Avaliando a presença dos militares no município, o Legislativo representou um ponto importante, pois a influência sobre ele poderia ampliar o controle sobre a política do município sem precisar agir contra o Executivo, por exemplo. Portanto, é natural que certos grupos vinculem-se à política, independente do lado a qual pertence, conforme os seus interesses e na sua capacidade de concentração de poder. Setores elitistas da sociedade exerceram apoio ao governo, pois a ajuda mútua entre os lados resultava na proteção de ambos, além de privilégios e concessões à classe. Em Alegrete, parte da elite agropecuarista sempre apoiou a ARENA.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Diego Garcia: **Anos de Chumbo na Fronteira Oeste Sul Rio-Grandense: A ditadura Militar em Alegrete (1964 – 1974)**. 2010. Monografia de graduação, URCAMP, Alegrete.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 2**, de 27 de outubro de 1965.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5**, de 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 314**, de 13 de março de 1967.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALEGRETE, Livros-ata referentes aos anos de 1964 a 1974.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Secretaria Geral: Processo de Eleú Rosa Meneses.

Entendendo a Política de Aristóteles. Disponível em: http://www.cdb.br/prof/arquivos/19500_201102220065102.doc. Acessado em 9/3/2012> Entrevista, Alegrete. 24/8/2010. Adão Faraco.

Entendendo a Política de Aristóteles. 9/9/2010. Eleú Meneses.

GAZETA DE ALEGRETE, 15 de janeiro de 1966.

GAZETA DE ALEGRETE, 20 de maio de 1971.

PESSOA, Mário. **O Direito da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Editora do Exército e Revista dos Tribunais, 1971.

PLATT, Washington. **A Produção de Informações Estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

CAMINHOS DO PAMPA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRETE

SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

TAVARES, Flávio. **O GOLPE DERROTADO**, Zero Hora, 13 de março de 2012.